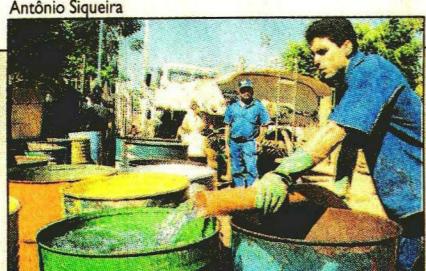


Mudanças ameaçam patrimônio histórico

EXEMPLOS DE CONVÍVIO COM A ILEGALIDADE



Antônio Siqueira

ESTRUTURAL
A invasão é vizinha ao Parque Nacional e está em uma Área de Proteção Ambiental. Os moradores não têm a propriedade de suas casas, nem esgoto ou água encanada. A água é distribuída com o auxílio de carros-pipa.



Kieber Lima

GAMBIARRA
Lauricéia Antônia da Silva, moradora do Recanto das Emas, instalou o poste-padrão e pediu à CEB para ligar a energia. Sem resultado. "Já gastei mais dinheiro pra fazer gambiarra do que se estivesse pagando a conta", queixa-se.



Antônio Siqueira

ENTULHO
Área pública da QNL 1, em Taguatinga, foi reservada pela Administração Regional para abrigar o entulho da cidade. Medida é ilegal. Existe uma área perto do Jockey Clube destinada para isso. Moradores vizinhos reclamam.



Sérgio Amaral

LIXO
Quase na entrada de Santa Maria, a 26 km do Plano Piloto, uma rua foi transformada pelos moradores em depósito de entulho, obrigando a Administração Regional da cidade a recolher, mensalmente, tudo que é despejado ali.

Moradores sem água, luz e esgoto improvisam

Não é difícil traçar o perfil de uma cidade ilegal. A quadra 605 do Recanto das Emas é o próprio retrato dela. Se, por um lado, alguns moradores já conseguiram a escritura provisória do lote, por outro nenhum recebe regularmente água, luz, telefone. A coleta do lixo ocorre esporadicamente. Saneamento é palavra que não existe no vocabulário dos moradores.

Levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) mostrou que, na Asa Norte, 22% dos estabelecimentos comerciais invadiram área pública. São 17.788 m² de ilegalidade. Na Asa Sul, esse índice chega a 52%, o equivalente a 36.672 m². Nas quadras 700 Norte, a situação é ainda mais grave: 47% das lojas invadiram terrenos públicos.

As agressões ao patrimônio se espalham por toda a capital. "É muito difícil dizer o tamanho da ilegalidade na área tombada", afirma Benny Schasberg, do Departamento de Projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). "Com regras muitos rígidas, é mais fácil o morador cair na ilegalidade", completa. O fato é que o estrago já chama a atenção de especialistas internacionais.

Relatório do Iphan apontou várias agressões ao patrimônio tombado. O dossier foi enviado à sede da Unesco, em Paris, onde será analisado. Dependendo dessa avaliação, Brasília pode ser incluída na lista do patrimônio em risco.

Dentre as irregularidades citadas no documento estão a construção do estacionamento do shopping Pier 21, nas margens do Lago Paranoá; do supermercado Extra, no final da Asa Norte; de apart-hotéis, no Setor de Clubes Norte; e de coberturas, nas superquadras do Plano Piloto. "A cidade vem sendo modificada aos poucos. As irregularidades se espalham sem qualquer controle", afirma o promotor Líbano Alves, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb). A Prourb já entrou com várias ações na justiça para coibir intervenções no patrimônio da cidade.

COMODISMO
Os vizinhos de Lúcia, o servente Antônio Lopes Loyola e a mulher Maria Lucimard dos Santos, estão cansados de viver na ilegalidade. Depois de morar por quatro meses em uma invasão, conseguiram um lote no Recanto das Emas. Agora, querem pagar luz, água, ter direito a esgoto, a coleta de lixo. "Fiz um abajau-assinado para levar à Caesb pedindo que regularizem o fornecimento d'água e que façam o esgoto, mas só umas 30 pessoas assinaram. A maioria prefere continuar sem pagar água", reclama Lucimar.

O casal acha isso um absurdo e garante que sofre com a ilegalidade. "Quando passa um trator, acaba furando as mangueiras e a gente fica d'água", diz a dona-de-casa. A preocupação do marido é com as gambiaras. "Quando chove, dá curto-círcuito, as gambiaras estouram e fica tudo no escuro. É um perigo", justifica. A falta de saneamento também não faz nada bem aos dois filhos e três sobrinhos do casal, que moram na pequena casa. "Os meninos vêm doente", garantem.

Para moradores da quadra 406, também no Recanto das Emas, viver na clandestinidade não é opção. Não há escolha. Ganham a terra do governo, mas não têm a infra-estrutura básica para ocupar o lote. José Gomes da Silva, 49 anos, está concluindo os acabamentos da sua nova casa, para onde faz planos de se mudar no início do próximo mês. Cumprindo todos os requisitos que a CEB exige para ligar a energia. Outros vizinhos passam pela mesma situação. "Mas o que vou fazer se não ligarem? Acho errado isso, mas vou ser obrigado a fazer um gato", lamenta. (TR e SN)

Brasília tem uma característica que evidencia ainda mais as ilegalidades: desde 1987 é considerada Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (Unesco). Para manter o tão cobiçado título, precisa seguir regras bem definidas. Mas nem sempre cumpridas.

Levantamento realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) mostrou que, na Asa Norte, 22% dos estabelecimentos comerciais invadiram área pública. São 17.788 m² de ilegalidade. Na Asa Sul, esse índice chega a 52%, o equivalente a 36.672 m². Nas quadras 700 Norte, a situação é ainda mais grave: 47% das lojas invadiram terrenos públicos.

As agressões ao patrimônio se espalham por toda a capital. "É muito difícil dizer o tamanho da ilegalidade na área tombada", afirma Benny Schasberg, do Departamento de Projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB). "Com regras muitos rígidas, é mais fácil o morador cair na ilegalidade", completa. O fato é que o estrago já chama a atenção de especialistas internacionais.

Relatório do Iphan apontou várias agressões ao patrimônio tombado. O dossier foi enviado à sede da Unesco, em Paris, onde será analisado. Dependendo dessa avaliação, Brasília pode ser incluída na lista do patrimônio em risco.

Dentre as irregularidades citadas no documento estão a construção do estacionamento do shopping Pier 21, nas margens do Lago Paranoá; do supermercado Extra, no final da Asa Norte; de apart-hotéis, no Setor de Clubes Norte; e de coberturas, nas superquadras do Plano Piloto. "A cidade vem sendo modificada aos poucos. As irregularidades se espalham sem qualquer controle", afirma o promotor Líbano Alves, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb). A Prourb já entrou com várias ações na justiça para coibir intervenções no patrimônio da cidade.

DEPUTADOS
Muitas vezes, esses desrespeitos ocorrem com a participação dos deputados distritais. Eles já apresentaram 242 projetos de lei que alteram normas nas cinco cidades que têm Plano Diretor Local (PDLs) — Sobradinho, Taguatinga, Ceilândia, Candangolândia e Samambaia. Trinta e sete projetos já foram transformados em lei e 188 ainda tramitam na Câmara Legislativa.

O principal alvo de mudanças é Taguatinga, com 149 projetos de alteração, dos quais 20 já viraram lei. Os PDLs (como são mais conhecidos os planos diretores locais, instrumentos básicos da política de desenvolvimento e expansão urbana) começaram a vigorar no DF a partir de 1997. Eles definem normas e estabelecem critérios técnicos para organizar o crescimento e a ocupação das cidades.

Detalhe: a Lei Orgânica (constituição do DF) determina que as modificações nos planos diretores só podem ser feitas de quatro em quatro anos. Só por "motivo excepcional" ou de "comprovado interesse público" eles poderiam ser alterados. Mas os deputados distritais preferem ignorar as regras e colaborar com as agressões urbanísticas. (TR e SN)